



Companhia Paulista de Obras e Serviços – CPOS

CNPJ/MF 67.102.020/0001-44
COMPANHIA DE CAPITAL FECHADO



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

A Companhia Paulista de Obras e Serviços – CPOS, sociedade anônima de capital fechado, regida pelo seu Estatuto Social e pela Lei Federal nº 6.404/76 e suas alterações, criada pela Lei Estadual nº 7.394, de 08/07/1991, como sucessora do Departamento de Edifícios e Obras Públicas – DOP, registrada na Junta Comercial do Estado de São Paulo – Jucesp, em 25/10/1991, comemora seu vigésimo aniversário, tendo como missão a **viabilização de empreendimentos do Governo do Estado para benefício da sociedade paulista**. Com sede própria na Vila Mariana, em São Paulo/SP, vinculada à Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Regional é uma empresa de economia mista de direito privado e financeiramente não dependente do Governo do Estado de São Paulo, que presta **serviços de arquitetura e engenharia** aos diversos órgãos e entidades da Administração Estadual, **primando por uma relação de respeito, confiança e credibilidade com clientes, colaboradores e cidadãos**. As suas atividades são desenvolvidas com **Eficiência: atividades que geram resultados e confiança, Agilidade: atendimento das solicitações dos clientes com presteza, e, Autenticidade: relacionamento transparente com colaboradores, governo e sociedade**, atuando no gerenciamento de obras, fiscalização de convênios, regularização fundiária, elaboração de projetos de obras, gerenciamento da elaboração de projetos de obras, licenciamento ambiental, orçamento de obras, gestão de prédios públicos, avaliação patrimonial, apoio técnico a licitações, dentre outras.

Principais Realizações

A Companhia, em 2011, assinou **108 contratos de prestação de serviços**, que somam aproximadamente **R\$ 35.053 mil**, com destaque aos seguintes clientes e empreendimentos: **Secretaria da Administração Penitenciária – SAP** – elaboração de projetos básicos e executivos e gerenciamento das obras de diversas Unidades Prisionais no Estado de São Paulo (Aguai, Bernardino de Campos, Florínea, Icem, Itatinga, Jardinópolis, Mairinque, Piracicaba, Registro, Riolândia, Santos, São Vicente, Taiúva e Taquaritiba); **Centro Estadual de Educação Tecnológica “Paula Souza”** – elaboração de projeto executivo para construção, reforma, ampliação ou restauro de diversas Escolas Técnicas no Estado de São Paulo (Botucatu, Campinas, Itu, Jundiá, Peruíbe, Piedade, Santos, São Bernardo do Campo, São Paulo, Sorocaba e Teodoro Sampaio); **Secretaria do Turismo** – acompanhamento e prestação de contas dos convênios entre a Secretaria do Turismo com os Municípios de São Paulo;

Secretaria da Justiça e Defesa da Cidadania – elaboração de projeto básico de implantação, projetos legais e orçamento para a construção de Fórum Padrão Layout Acoplado Flexível – LAF, Fórum Digital e Fórum Criminal no Estado de São Paulo (Boituva, Caraguatuba, Conchas, Francisco Morato, Hortolândia, Ibiúna, Ilha Solteira, Matão, Mirandópolis, Potirendaba, Rio Claro e São Joaquim da Barra), elaboração de pastas técnicas de obras de acessibilidade de 35 Fóruns, gerenciamento e fiscalização das obras de construção, reforma, ampliação e acessibilidade de Fóruns no Estado de São Paulo (Alriflame, Araçatuba, Araraquara, Bastos, Birigui, Caraguatuba, Cardoso, Dracena, Estrela D'Oeste, Itanhaém, José Bonifácio, Mirassol, Mongaguá, Palmeira D'Oeste, São João da Boa Vista e Votuporanga) e laudo técnico estrutural do Fórum de Jacareí; **Companhia Paulista de Trens Metropolitanos – CPTM** – consultoria, análises e diagnósticos situacionais dos imóveis sob propriedade e/ou posse da CPTM no Estado de São Paulo; **Ministério Público** – elaboração de projeto executivo completo, para o edifício a ser construído na Barra Funda/SP; **Junta Comercial do Estado de São Paulo – Jucesp** – gerenciamento das obras de reforma do edifício na Rua Bráulio Gomes, 81, Centro, São Paulo/SP; **Departamento Estadual de Investigações Criminais – DEIC** – elaboração de projeto básico, material licitatório e apoio técnico na licitação para a reforma e ampliação da sede do DEIC; **Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo – Fapesp** – projeto executivo e legal de sistema de combate à incêndio e de sistema de climatização para o prédio da Fapesp; **Companhia de Processamento de Dados do Estado de São Paulo – Prodesp** – elaboração do projeto de arquitetura e engenharia para a reforma e adequação da área estimada em 2.510 m² que abrigará o Posto Populatório Suzano; **Fundo Social de Solidariedade de São Paulo – Fussesp** – projetos básicos de arquitetura, estrutura, instalações e orçamento para as obras do Plano de Intervenção para Preservação do Patrimônio, projetos de restauro e acessibilidade para o Parque da Água Branca; **Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo “José Gomes da Silva” – Itesp** – projetos executivos e legais de arquitetura e engenharia elétrica e hidráulica para o prédio sede da Fundação Itesp; **Departamento Estadual de Trânsito – DETRAN** – projetos executivos para reforma dos edifícios do DETRAN Armênia; **Companhia Energética de São Paulo – Cesp** – elaboração de laudo técnico de avaliação de

imóveis de propriedade da Cesp localizados em diversos municípios do Estado de São Paulo; **Justiça Federal** – gerenciamento e fiscalização da obra de instalação do sistema de climatização do edifício sede da Justiça Federal e Juizado Especial Federal de São José dos Campos. Os mencionados contratos de prestação de serviços, acrescidos àqueles já firmados em anos anteriores ainda em execução, geraram **receita de prestação de serviços** no montante de **R\$45.060 mil**, faturados de janeiro a dezembro de 2011.

O montante de **propostas de prestação de serviços**, em 2011, teve percentual de realização em torno de 78,62%. Foram elaboradas propostas para 172 (cento e setenta e dois) empreendimentos, no valor total de **R\$55.706 mil**. O valor das propostas que se tornaram contrato, somado àquelas com probabilidade positiva de se tornarem, giram em torno de R\$43.796 mil.

O aumento do volume de negócios da CPOS e seu bom desempenho na viabilização de empreendimentos do Governo do Estado, que proporcionaram benefícios à sociedade paulista, tiveram como fator decisivo, a dedicação de seus colaboradores que trabalharam com eficiência, agilidade e autenticidade, sempre num ambiente de respeito, confiança e credibilidade.

A Diretoria

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS (NE 3a) EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010 (em milhares de reais)

	NE	2011	2010
Receita Operacional Bruta			
Receita de prestação de serviços		45.060	43.979
Deduções da Receita Operacional			
Impostos e contribuições incidentes sobre serviços		(6.278)	(6.128)
Receita Operacional Líquida		38.782	37.851
Custos dos Serviços Prestados		(27.606)	(25.633)
Lucro (Prejuízo) Bruto		11.176	12.218
Receitas (Despesas) Operacionais			
Administrativas e gerais		(13.452)	(13.952)
Contingências judiciais		3.245	2.047
Despesas tributárias		(54)	(143)
Outras receitas e despesas		1.871	2.192
		(8.390)	(9.856)
Resultado de imóveis destinados a venda		(83)	(9)
Resultado Antes das Receitas e Despesas Financeiras		2.703	2.353
Despesas financeiras		(190)	(117)
Receitas financeiras		2.493	3.160
Lucro (Prejuízo) antes da Tributação		5.006	5.396
Provisão IRPJ e CSLL	15	0	(810)
Lucro Líquido (Prejuízo) do Exercício	19	5.006	4.586

As notas explicativas integram as demonstrações contábeis

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010 (em milhares de reais)

Ativo	NE	2011	2010	Passivo e Patrimônio Líquido	NE	2011	2010
Circulante		37.715	38.206	Circulante		17.385	17.835
Caixa e bancos		4.073	1.661	Fornecedores		1.858	1.817
Aplicações financeiras	3b	13.121	11.750	Cauções e retenções contratuais		73	81
Clientes		4.574	4.026	Encargos sociais		801	802
Serviços em andamento		238	891	Provisão para férias		2.853	2.766
Créditos a receber	4	2.372	4.086	Obrigações tributárias		2.020	1.093
Outros créditos	5	3.939	5.088	Contas a pagar		383	667
Estoques		89	89	Contas correntes		298	304
Despesas antecipadas		210	310	Gestão predial	6	9.099	10.305
Gestão predial	6	9.099	10.305	Não-circulante			
Não-circulante		69.595	72.723	Exigível a longo prazo		19.721	30.168
Realizável a longo prazo		23.715	26.563	Provisão para contingências	14	12.756	23.305
Outros créditos		1.071	2.558	Obrigações a pagar	3c	6.862	6.760
Clientes	3c e 7	10.985	10.975	Contas correntes		103	103
(-) Provisão para perdas	7	(5.498)	(5.498)	Patrimônio líquido		70.204	62.926
Pagamentos por conta de contratos	3c	149	149	Capital social	16	88.645	88.645
Depósitos judiciais		1.213	2.048	Reservas de capital	17	11.376	11.771
Imóveis destinados a venda	8	15.795	16.190	Ajuste de avaliação patrimonial	18	26.657	26.712
Vlr a receber por venda de imóveis	9	0	141	Prejuízos acumulados	19	(56.474)	(64.202)
Investimento	10	31.628	31.628	Total		107.310	110.929
Propriedade para investimento		26.700	26.700				
Outros créditos		4.928	4.928				
Imobilizado	3d/11	14.085	14.288				
Intangível	12	167	244				
Total		107.310	110.929				

As notas explicativas integram as demonstrações contábeis

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010 (em milhares de reais)

	Capital Social	Reserva de Capital	Ajuste de Avaliação Patrimonial	Prejuízos Acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2009	88.645	16.622	-	(68.788)	36.479
Redução a valor recuperável de ativo		(4.851)			(4.851)
Ajustes de avaliação - imobilizado			8.409		8.409
Ajustes de avaliação - propriedade para investimento			18.303		18.303
Lucro líquido do exercício				4.586	4.586
Saldos em 31 de dezembro de 2010	88.645	11.771	26.712	(64.202)	62.926
Redução a valor recuperável de ativo		(395)			(395)
Utilização de Prejuízo Fiscal e Base de Cálculo Negativa da CSLL - Parcelamento Lei 11.941/2009				2.667	2.667
Transferência depreciação - Ajuste de avaliação do imobilizado			(55)	55	-
Lucro líquido do exercício				5.006	5.006
Saldos em 31 de dezembro de 2011	88.645	11.376	26.657	(56.474)	70.204

(NE 16) (NE 17) (NE 18) (NE 3a, 18 e 19)

As notas explicativas integram as demonstrações contábeis

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - MÉTODO DIRETO (NE 20) EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010 (em milhares de reais)

Fluxos de caixa originados de:	2011	2010
Atividades operacionais		
Recebimento de clientes	43.365	45.581
Pagamento de fornecedores	(10.470)	(15.308)
Pagamento de salários, encargos e benefícios	(33.473)	(30.330)
Pagamento de tributos, contribuições e taxas	(3.384)	(5.380)
Pagamentos de contingências	(734)	0
Outros recebimentos (pagamentos) líquidos	6.911	7.834
Caixa líquido gerado pelas (aplicadas) atividades operacionais	2.215	2.397
Atividades de investimento		
Compras de imobilizado	(260)	(662)
Recebimentos pela venda de imóveis para venda	1.828	3.475
Caixa líquido gerado pelas (aplicadas) atividades de investimento	1.568	2.813
Atividades de financiamento		
Integralização de capital	0	0
Pagamentos de lucros e dividendos	0	0
Juros recebidos de empréstimos	0	0
Juros pagos por empréstimos	0	0
Empréstimos tomados	0	0
Pagamentos de empréstimos/debêntures	0	0
Caixa líquido gerado pelas (aplicadas) atividades de financiamento	0	0
Aumento (Redução) de caixa e equivalentes de caixa	3.783	5.210
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	13.411	8.201
Caixa e equivalentes de caixa no final do período	17.194	13.411

As notas explicativas integram as demonstrações contábeis





Companhia Paulista de Obras e Serviços – CPOS

CNPJ/MF 67.102.020/0001-44
COMPANHIA DE CAPITAL FECHADO



DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010 (em milhares de reais)

	Capital Social	Reserva de Capital	Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Demonstração do Resultado Abrangente
Saldos em 31 de dezembro de 2009	88.645	16.622	(68.788)	-	36.479	-
Redução a valor recuperável de ativo		(4.851)			(4.851)	-
Transação de Capital com os Sócios					(4.851)	-
Ajustes de avaliação - imobilizado				8.409	8.409	8.409
Ajustes de avaliação - propriedade para investimento				18.303	18.303	18.303
Outros Resultados Abrangentes					26.712	26.712
Lucro líquido do exercício			4.586		4.586	4.586
Resultado Abrangente do Período						31.298
Saldos em 31 de dezembro de 2010	88.645	11.771	(64.202)	26.712	62.926	-
Redução a valor recuperável de ativo		(395)			(395)	-
Transação de Capital com os Sócios					(395)	-
Utilização de Prejuízo Fiscal e Base de Cálculo Negativa da CSLL - Parcelamento Lei 11.941/2009			2.667		2.667	2.667
Transferência depreciação - Ajuste de avaliação do imobilizado			55	(55)	-	-
Outros Resultados Abrangentes					2.667	2.667
Lucro líquido do exercício			5.006		5.006	5.006
Resultado Abrangente do Período						7.673
Saldos em 31 de dezembro de 2011	88.645	11.376	(56.474)	26.657	70.204	
	(NE 16)	(NE 17)	(NE 3a, 18 e 19)	(NE 18)		

As notas explicativas integram as demonstrações contábeis

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010 (em milhares de reais)

1. Contexto Operacional

A Companhia Paulista de Obras e Serviços – CPOS, sociedade anônima de direito privado e de capital fechado, com sede na Rua Tangará nº 70 – Vila Mariana – São Paulo/SP – Brasil, inscrita no CNPJ sob o nº 67.102.020/0001-44, tem seus atos constitutivos registrados na Junta Comercial do Estado de São Paulo – Jucesp sob o nº 35.300.132.343 em 25 de outubro de 1991. Empresa de economia mista parte integrante da administração indireta do Estado de São Paulo, vinculada à Secretaria Estadual de Planejamento e Desenvolvimento Regional, constituída em 8 de outubro de 1991, em decorrência de sua lei de criação de nº 7.394, de 8 de julho de 1991, tem como objetivo principal administrar, planejar, projetar, construir, reformar, conservar e ampliar edifícios de propriedade do Estado de São Paulo. Seus principais clientes são Órgãos e Entidades do Governo do Estado de São Paulo e os principais fornecedores, empresas de prestação de serviços.

2. Apresentação das Demonstrações Contábeis

As demonstrações contábeis foram elaboradas e apresentadas em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações – Lei nº 6.404/76, observadas as mudanças de práticas contábeis adotadas no Brasil, introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e 11.941/09 – e os Pronunciamentos, Orientações e Interpretações do CPC – Comitê de Pronunciamentos Contábeis, especialmente o Pronunciamento Técnico CPC 26 – Apresentação das Demonstrações Contábeis. Em razão das características operacionais não são aplicáveis Ajustes ao Valor Presente – Pronunciamento Técnico CPC 12.

3. Resumo das Principais Práticas Contábeis

a. Apuração do resultado

As receitas e despesas estão contabilizadas de acordo com o regime de competência para apuração do resultado líquido do exercício e, para a apuração do resultado abrangente total, foi reconhecida a utilização de prejuízo fiscal e de base de cálculo negativa da contribuição social sobre o lucro líquido para liquidar os valores correspondentes a multas e juros moratórios aplicados no parcelamento de débitos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil, da Lei 11.941/2009.

b. Aplicações financeiras

As aplicações financeiras estão registradas pelo custo acrescido dos rendimentos proporcionais auferidos até a data do balanço.

c. Créditos a receber e obrigações a pagar

Os créditos a receber do grupo de Realizável a Longo Prazo, nas contas de “Clientes” e de “Pagamentos por conta de contratos”, estão atualizados com base na variação da UFESP até 31 de dezembro de 2000. Da mesma forma, estão atualizados com base na variação da UFESP até 31 de dezembro de 2000 o valor a pagar de R\$ 1.194 mil, referente a ressarcimento de pessoal comissionado, contemplado na conta de “Obrigações a Pagar”, do grupo de Exigível a Longo Prazo.

d. Imobilizado

Com exceção das contas de terrenos e edificações, cujos bens estão registrados pelo valor justo, em conformidade com o Pronunciamento Técnico CPC 27 – Ativo Imobilizado, o imobilizado está demonstrado pelo custo de aquisição, corrigido monetariamente até 31 de dezembro de 1995. A depreciação é calculada pelo método linear, com base em taxa que contempla a vida útil econômica dos bens descrita na Nota 11.

4. Circulante – Créditos a Receber

A variação desse grupo de contas contempla a liquidação dos valores a receber pela venda de imóveis no montante de R\$ 1.828 mil e o levantamento de depósito, por parte da CPOS, relativamente à garantia contratual no valor de R\$ 26 mil, remanescendo os valores a receber da Secretaria da Administração Penitenciária – SAP, no montante de R\$ 2.370 mil, relacionado aos haveres e dívidas da Administração Direta e Indireta, tratados pelo Grupo de Trabalho instituído pelo Decreto nº 51.470 de 2 de janeiro de 2007.

5. Circulante – Outros Créditos

Esse grupo de contas contempla o valor a receber de R\$ 2.644 mil correspondente ao ressarcimento de pessoal cedido pela CPOS para outros Órgãos.

6. Circulante – Gestão Predial

Nessa rubrica estão contemplados os valores relacionados aos contratos de gestão predial firmados pela CPOS: Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Regional – Edifícios CIDADE I e II – Termo de Cooperação Técnica de 01/10/2007; Secretaria de Gestão Pública – Edifício Adélia Saliba/CIDADE III – Contrato nº 005/2007 de 09/08/2007; Secretaria de Gestão Pública – Departamento de Perícias Médicas do Estado de São Paulo – DPME – Contrato nº 004/2009 de 13/02/2009; Empresa Metropolitana de Transportes Urbanos de São Paulo – EMTU/SP – Contrato nº 024/2010 de 01/07/2010; e, Companhia de Processamento de Dados do Estado de São Paulo – PRODESP – Contrato nº PRO.00.5839 de 20/07/2010.

7. Realizável a Longo Prazo – Clientes e Provisão para Perdas

Os valores a receber da conta “Clientes” se referem a créditos decorrentes de contratos em que a CPOS prestou serviços cujas cobranças não foram pagas ou foram pagas com atraso por nossos clientes. Esses créditos, em sua maioria, pendentes há mais de 10 anos, estão constituídos de:

- 7.1 – Principal vencido entre 1992 e 31 de dezembro de 2000, mais;
- 7.2 – Correção Monetária, do principal mencionado no item 7.1, calculada até 31 de dezembro de 2000, mais;
- 7.3 – Correção Monetária, calculada de 1992 até 31 de dezembro de 2000, de valores recebidos com atraso naquele período, mais;
- 7.4 – Principal vencido entre 1º de janeiro de 2001 e 31 de dezembro de 2010.

A provisão para perdas no recebimento de créditos relativos à correção monetária por atraso no pagamento foi constituída considerando o disposto nos artigos 340, 341 e 342 do Regulamento do Imposto de Renda e motivada pelo não reconhecimento desses créditos pelas entidades do Governo Estadual no decorrer das reuniões do Grupo de Trabalho instituído pelo Decreto nº 51.470 de 2 de janeiro de 2007, para realizar levantamento de haveres e dívidas da Administração Direta e Indireta.

8. Realizável a Longo Prazo – Imóveis Destinados a Venda

Dos imóveis transferidos em 22 de dezembro de 2000, por meio de Instrumento Particular de Cessão de Direitos Pessoais e Reais da extinta Companhia Paulista de Ativos – CPA para a CPOS, a título de Adiantamento para Futuro Aumento de Capital – AFAC, o saldo remanescente é de R\$ 15.795 mil classificados em Imóveis Destinados a Venda. Desse montante R\$ 6.206 mil foram integralizados ao capital e R\$ 9.589 mil permanecem na conta de Adiantamento para Futuro Aumento de Capital. Nessa rubrica foram aplicados os Pronunciamentos Técnicos CPC 31 – Ativo não circulante mantido para venda e operação descontinuada e CPC 01 – Redução ao valor recuperável de ativos.

Saldo em 31 de dezembro de 2010	Reserva de Capital	Capital Social	16.190
Imóvel – Av da Saudade Campinas		4.312	
Imóvel – Pe. Camargo Lacerda - Campinas		174	
Imóvel – Rua Lidgerwood - Campinas		846	
Imóvel – Av. Pres. Wilson – São Paulo		874	
Imóvel – Profª Zenita A.Nogueira – Bauru 2	5.843		
Imóvel – Profª Zenita A.Nogueira – Bauru 1	2.349		
Redução ao valor recuperável	(395)		(395)
Imóvel – São José do Rio Preto		42	
Imóvel – Rio Claro		1.750	
Saldo em 31 de dezembro de 2011	9.589	6.206	15.795

9. Realizável a Longo Prazo – Valor a Receber por Venda de Imóveis

A variação dessa conta no montante de R\$ 141 mil equivale à transferência para a conta do Ativo Circulante “Créditos a Receber” – Nota 4.

10. Investimento

As Propriedades para Investimento foi aplicado o Pronunciamento Técnico CPC 28 – Propriedade para Investimento e o montante de R\$ 26.700 mil refere-se ao imóvel de Cubatão R\$ 7.000 mil e ao imóvel da Dante Pazzanese R\$ 19.700 mil.

O valor de R\$ 4.928 mil, consignado na rubrica “Outros Investimentos”, refere-se a ações da Companhia do Metropolitano de São Paulo – METRÔ.

11. Imobilizado

	Taxa anual de depreciação	2011	2010
Terrenos	-	11.167	11.167
Edificações	4%	2.854	2.854
Móveis, utensílios e equipamentos	10%	1.277	1.183
Instalações – escritório	10%	516	516
Veículos	20%	588	588
Computadores e periféricos	20%	2.753	2.587
Equipamentos Telefônicos	10%	137	137
		19.292	19.032
(-) Depreciação acumulada		(5.207)	(4.744)
		14.085	14.288

12. Intangível

Ao Ativo Intangível foi aplicado o Pronunciamento Técnico CPC 4 – Ativo Intangível e o montante de R\$ 167 mil referem-se a software.

13. Bens Penhorados em processos trabalhistas, cíveis e fiscais
Nas contas de Veículos do Ativo Imobilizado (Nota 11) e Imóveis destinados a venda do Ativo Realizável a Longo Prazo (Nota 8) constam bens penhorados em processos fiscais, cíveis e trabalhistas em que a CPOS é parte, o montante de R\$ 946 mil.

14. Contingências

A CPOS é parte em processos judiciais e administrativos de natureza tributária, cível e trabalhista. A administração, com base na opinião de seus consultores jurídicos, provisiona integralmente os processos cujo risco de perda seja classificado como provável. As contingências avaliadas com risco de perda possível ou remota estão compostas de processos cíveis no valor de R\$ 46.864 mil e processos de natureza tributária no valor de R\$ 37.957 mil. Às Contingências foi aplicado o Pronunciamento Técnico CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.

	2011	2010
Processos cíveis / tributários	9.400	18.102
Processos trabalhistas	3.356	5.203
	12.756	23.305

15. Base de Cálculo do Imposto de Renda e Contribuição Social

Em novembro de 2009, a CPOS aderiu ao parcelamento de débitos com a Receita Federal, com desistência/renúncia a processos, em conformidade com a Lei federal nº 11.941/2009, de 27 de maio de 2009. Em 30 de junho de 2011, em cumprimento ao cronograma definido na Portaria Conjunta PGFN/RFB nº 2, de 3 de fevereiro de 2011, atendendo ao prazo estabelecido para consolidação do parcelamento, a CPOS indicou os débitos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil para parcelamento na modalidade de 60 (sessenta) meses, com a utilização de prejuízo fiscal e base de cálculo negativa da contribuição social sobre o lucro líquido – CSLL para quitação de multas e juros moratórios.

Em 31 de dezembro de 2011, após as compensações relativas ao parcelamento da Lei 11.941/2009, o prejuízo fiscal da Companhia, está em R\$ 57.122 mil (R\$ 60.953 mil em 2010) e a base de cálculo negativa de contribuição social sobre o lucro líquido, em R\$ 57.122 mil (R\$ 63.941 mil em 2010).

16. Capital Social

O capital social, subscrito e integralizado, no montante de R\$ 88.645 mil é representado por 22.333.330.314 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal. O capital social autorizado é de R\$ 249.656 mil, conforme estabelecido no parágrafo único do artigo 3º do Estatuto Social da Companhia.

17. Adiantamento para Futuro Aumento de Capital

Essa rubrica refere-se aos imóveis transferidos da extinta Companhia Paulista de Ativos – CPA, sendo que R\$ 9.589 mil deverão ser reavaliados no momento da venda ou da realização do aumento de capital, em observância ao disposto nos artigos 7º e 8º da Lei 6404/76 e eventuais diferenças em relação aos valores apontados implicarão redução ou aumento do valor do crédito contabilizado e os restantes R\$ 1.787 mil, correspondem ao saldo de imóvel já reavaliado e vendido. A variação dessa conta no montante de R\$ 395 mil equivale à contrapartida dos lançamentos da redução ao valor recuperável de ativos – CPC 01 aplicado aos imóveis destinados a venda (Nota 8).

Saldo em 31 de dezembro de 2010	11.771
Imóvel – Profª Zenita A.Nogueira – Bauru 2	5.843
Imóvel – Profª Zenita A.Nogueira – Bauru 1	2.349
Redução ao valor recuperável	(395)
Imóvel – Rio Claro	1.750
Imóvel – São José do Rio Preto	42
Imóvel – Campinas – Saldo Quitado	1.787
Saldo em 31 de dezembro de 2011	11.376

18. Ajuste de Avaliação Patrimonial

A depreciação relativa ao ajuste de avaliação patrimonial das edificações do imóvel Tangará, no montante de R\$ 55 mil, foi transferida da conta Ajustes de avaliação patrimonial para a conta de Lucros acumulados, como previsto na Interpretação Técnica ICPC 10.

19. Resultado do Exercício

O lucro líquido do exercício de R\$ 5.006 mil foi totalmente absorvido pelos prejuízos acumulados por isso não consta demonstrada a sua alocação nas Demonstrações de Resultado do Exercício – DRE e Abrangente – DRA.

20. Demonstração dos Fluxos de Caixa

A Companhia elabora a Demonstração dos Fluxos de Caixa – DFC pelo método direto. Sendo assim, de forma a atender ao disposto no Pronunciamento Técnico nº 03, do Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, bem como, ao disposto na Norma Brasileira de Contabilidade – NBC TG 03, do Conselho Federal de Contabilidade, apresentamos, a seguir, a conciliação entre o resultado do exercício e o fluxo de caixa líquido das atividades operacionais.

Conciliação entre o resultado do exercício e o fluxo de caixa líquido das atividades operacionais	2011
Resultado do exercício antes do IRPJ e CSLL	5.006
Utilização de Prejuízo Fiscal e Base de Cálculo Negativa da CSLL - Parcelamento Lei 11.941/2009	2.667
Ajustes para conciliar o resultado com o valor do caixa líquido gerado (aplicado)	
Depreciação	540
Resultado na venda (baixa) de ativos permanentes	0
Variações nas contas dos ativos e passivos (operacionais)	
(Aumento) Redução em contas a receber	4.799
(Aumento) Redução nos estoques	0
(Aumento) Redução nas despesas antecipadas	100
Aumento (Redução) em fornecedores e contas a pagar	(435)
Aumento (Redução) na provisão para devedores duvidosos	0
Aumento (Redução) na provisão para férias	87
Aumento (Redução) na provisão para contingências	(10.549)
IRPJ e CSLL	0
Total dos Ajustes	(5.458)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais	2.215





Companhia Paulista de Obras e Serviços – CPOS

CNPJ/MF 67.102.020/0001-44
COMPANHIA DE CAPITAL FECHADO



RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos

Administradores e Acionistas da

COMPANHIA PAULISTA DE OBRAS E SERVIÇOS - CPOS

SÃO PAULO – SP

Examinamos as demonstrações financeiras da **COMPANHIA PAULISTA DE OBRAS E SERVIÇOS - CPOS**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2011 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada

para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da CPOS em 31 de dezembro de 2011, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Outros Assuntos

Prejuízos Acumulados

A Companhia apresenta prejuízos acumulados, R\$ 56.474 mil em 2011 (R\$ 64.202 mil em 2010), representando 64% do Capital Social (72% em 2010). No exercício de 2011 apresentou um lucro líquido de R\$ 5.006 mil (R\$ 4.586 mil em 2010), em razão do aumento na receita e diminuição das despesas gerais e administrativas.

São Paulo, 06 de março de 2012.

TGB – AUDITORES E CONSULTORES S/S

2RS003622/O-0 – “S” – SP

ROSANGELA PEREIRA PEIXOTO

Contadora 1CRC/RS 065.932/O-7 – “S” – SP

Responsável Técnica

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os membros do Conselho Fiscal da Companhia Paulista de Obras e Serviços – CPOS, abaixo assinados, dentro de suas atribuições e responsabilidades legais, procederam ao exame da Minuta do Relatório da Administração, das Demonstrações Contábeis e das Notas Explicativas, aprovadas em Reunião da Diretoria, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2011, e com base nos exames efetuados, nos esclarecimentos prestados pela Administração, considerando, ainda, o Parecer sem ressalvas dos Auditores Independentes, TGB Auditores e Consultores S/S, datado de 6 de março de 2012, concluíram que os documentos acima, em todos os seus aspectos relevantes, estão adequadamente apresentados, e opinam favoravelmente ao seu encaminhamento para aprovação do Conselho de Administração, objetivando submetê-los à deliberação dos Acionistas na Assembléia Geral Ordinária.

São Paulo, 13 de março de 2012

Benedicto Viviani

Energita Alves Moreira dos Santos

Marcos Antonio Fernandes

Nanci Cortazzo Mendes Galuzio

Luiz Antonio Lencioni Zanetti
Diretor Administrativo e Financeiro
Mônica Martins de Araujo – CRC nº 1SP163880/O-7
Contadora

Conselho de Administração
Julio Francisco Semeghini Neto
Presidente

Carlos Antonio Luque
Ernesto Aparecido de Albuquerque
Gustavo Gonçalves Ungaro
Isamu Otake
Sérgio Duarte Benatti

Diretoria

Ernesto Aparecido de Albuquerque
Diretor-Presidente
Luiz Antonio Lencioni Zanetti
Diretor Administrativo e Financeiro
Oswaldo Marco Junior
Diretor de Engenharia
Felipe Sartori Sigollo
Diretor de Serviços
Regina Cavalcanti de Albuquerque
Diretora de Gestão Institucional

Conselho Fiscal

Benedicto Viviani
Energita Alves Moreira dos Santos
Marcos Antonio Fernandes
Nanci Cortazzo Mendes Galuzio

